

ANEXOS

Anexo 0

Pedido de Autorização para Aplicação dos Estudos

Ano Lectivo de 2001/02.

Ex.mo Senhor Presidente da Comissão Executiva
da Escola EB 2,3 de Rosa Ramalho, em Barcelinhos:

Regina Conceição Alves Parente, encontrando-se a frequentar o Curso de Mestrado em Supervisão Pedagógica em Ensino da História na Universidade do Minho, no âmbito da Dissertação, cuja temática aborda ***A Narrativa na Aula de História***, vem, neste contexto de investigação em sala de aula, solicitar a V. Ex.a, autorização para a aplicação de um questionário a alunos do 6º, 7º e 9º anos de escolaridade, bem como a posterior possibilidade de aplicar estudos exploratórios e um estudo definitivo, a diferentes turmas do 7º e do 9º anos. Poderá levantar-se a necessidade de realizar entrevistas a alunos, para esclarecimento de alguns dos registos. Todo o processo de recolha de dados decorrerá ao longo do ano lectivo de 2001/02.

Comprometo-me, desde já, a não interferir com o normal funcionamento das actividades lectivas destes alunos assim como a garantir a confidencialidade e anonimato dos alunos participantes. Os resultados conseguidos com esta investigação, após divulgação e finalização do processo, serão facultados a este estabelecimento de ensino.

Atenciosamente, com os melhores cumprimentos:

Regina Alves Parente
Barcelinhos 20 de Setembro de 2001

Anexo I

Fig. 1- Percentagens de Níveis Inferiores a Três por Disciplina/Turma

Figura 1

	Percentagens de Níveis Inferiores a Três por Disciplinas/Turma											
Turmas	H. G.de Portugal e <u>História</u>				Língua Portuguesa			Matemática				
	Nº de Alunos	P	N	% Nív. Inf. a 3		P	N	% Nív. Inf. a 3		P	N	% Nív. Inf. a 3
6º Ano												
1	24	19	5	21%		19	5	21%		13	11	46%
2	28	20	8	29%		24	4	14%		22	6	21%
3	28	26	2	7%		25	3	11%		27	1	4%
4	28	20	8	29%		24	4	14%		15	13	46%
5	28	25	3	11%		24	4	14%		19	9	32%
6	27	21	6	22%		21	6	22%		14	13	48%
7	26	25	1	4%		23	3	12%		17	9	35%
8	28	19	9	32%		17	11	39%		18	10	36%
9	28	21	7	25%		20	8	29%		16	12	43%
20%					20%					35%		
7º Ano *												
(A variação no nº de alunos por turma deve-se à integração nas turmas de alunos ao abrigo do Dec. Lei 319/91)												
1*	16	15	1	6%		15	1	6%		10	6	38%
2*	16	9	7	44%		9	7	44%		7	9	56%
3	22	13	9	41%		11	11	50%		10	12	55%
4	22	13	9	41%		8	14	64%		10	12	55%
33 %					41%					51%		
9º Ano												
1	21	13	8	38%		12	9	43%		10	11	52%
2	26	26	0	0%		22	4	15%		18	8	31%
3	24	21	3	13%		20	4	17%		15	9	38%
4	26	23	3	12%		20	6	23%		12	14	54%
16%					24%					44%		

Anexo II

Questionário Prévio

QUESTIONÁRIO

____ºAno

- 1 -Já ouviste falar num acontecimento da História de Portugal conhecido por “*Ultimatum Inglês de 1890*”?

Utiliza um **X** para responder a **Sim** ou a **Não**

Sim _____ Em que ano lectivo? _____

Onde? _____

Não _____

- 2 -Nas **6 linhas** seguintes tenta definir o acontecimento “*Ultimatum Inglês de 1890*”:

- 3 -Já ouviste falar em “*Questão do Mapa Cor-de-rosa*”?

Utiliza um **X** para responder a **Sim** ou a **Não**

Sim _____ Em que ano lectivo? _____

Onde? _____

Não _____

Obrigada pela tua colaboração

Anexo III

Abordagem dos Manuais ao Tema Histórico

Excerto 1: Manual de “História 9” - 9º ano

Rodrigues, A. et al. (2000). *História 9* (p. 16). Lisboa: Texto Editora.

2 • Imperialismo e Colonialismo: A Partilha do Mundo

Os Impérios Coloniais Europeus nos Finais do Século XIX

Os grandes impérios

Conforme já vimos, a partir da segunda metade do século XIX, os países mais industrializados, muitos dos quais com tradição marítima intercontinental, empenharam-se numa política colonial que originou a formação de grandes impérios (fig. 2).

A **Grã-Bretanha** possuía o maior império colonial, que se estendia por vastas regiões de todos os continentes e lhe permitia dominar as rotas comerciais do Canal do Suez e do Cabo da Boa Esperança.

A **França** possuía também um vasto império com territórios em África, no Extremo Oriente e na América Central e do Sul.

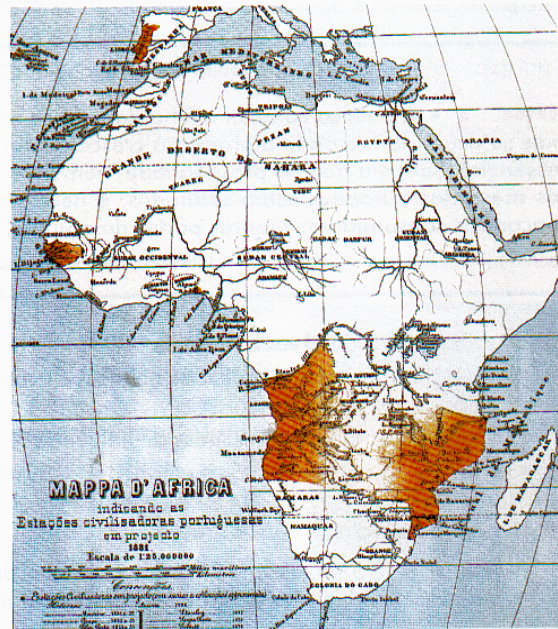
O **Império Russo** juntava à grande Rússia europeia enormes territórios na Sibéria e na Ásia Central.

Alguns países europeus possuíam impérios mais pequenos, como eram os casos da **Espanha**, da **Itália**, de **Portugal**, da **Holanda** e da **Bélgica**.

A **Alemanha** transformara-se numa grande potência europeia e cobiçava os territórios africanos dos países mais pequenos, entre os quais Portugal.

Portugal e a questão do «Mapa Cor-de-Rosa»

Os conflitos provocados pela posse dos territórios africanos tornaram-se frequentes. Sob proposta do chanceler alemão Bismarck, os representantes dos países com interesses em África reuniram-se na **Conferência de Berlim** (1884-1885). Aí se definiu um novo direito colonial, segundo o qual a **ocupação efectiva de um território substituiu o direito histórico da descoberta** (Doc. 1). Este princípio protegia os interesses das potências mais poderosas, mas prejudicava os de Portugal, que não dispunha de verbas nem de gente para uma ocupação efectiva. Apesar disso, entre 1885 e 1890, foram organizadas novas expedições de exploração para o interior africano e a Sociedade de Geografia publicou o «**Mapa Cor-de-Rosa**», onde assinalava como portuguesa toda a região que ligava a costa de Angola à costa de Moçambique (fig. 1). A Grã-Bretanha, que pretendia ligar o Cabo (África do Sul) ao Cairo (Egipto) (fig. 3), enviou então ao governo português um **ultimato** (1890): ou Portugal se retirava desses territórios ou a Inglaterra cortaria relações diplomáticas com um possível recurso à força. Portugal cedeu, o que contribuiu para agravar a crise política que então se vivia no País, conforme irás estudar.



1 «Mapa Cor-de-Rosa». Elaborado pela Sociedade de Geografia e datado de 1886, representava os territórios a que Portugal se julgava com direito.

Excerto 2: Manual de “História e Geografia de Portugal, 6º ano”.

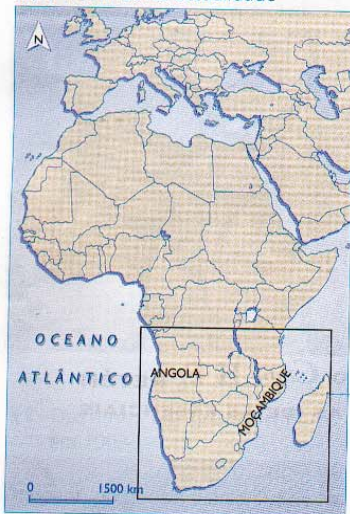
Neves, P. A. et al. (2001). *Clube HGP, História e Geografia de Portugal. 6º Ano* (p.78).

Porto: Porto Editora.

o **Clube HGP** VAI DESCOBRIR

- ✧ Em que consistiu a questão do mapa cor-de-rosa?
- ✧ A que se deveu o ultimato inglês?

Mapa 1 - A África na actualidade



78

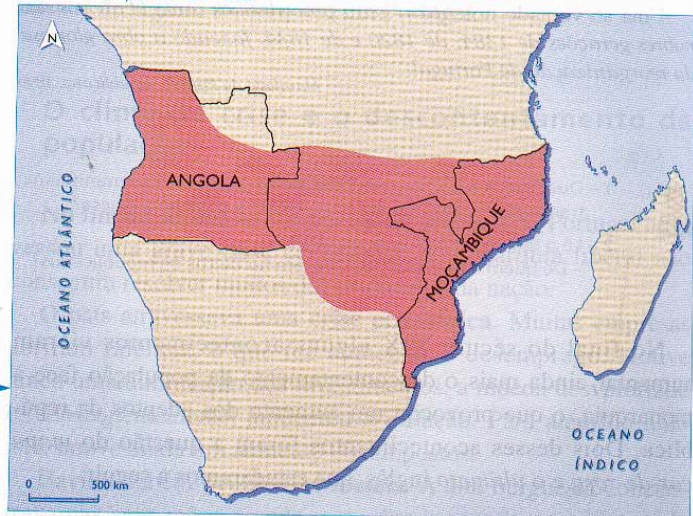
A questão do mapa cor-de-rosa

No fim do século XIX, alguns países europeus reuniram-se com o objectivo de dividirem entre si o interior de África. Este continente é muito rico em matérias-primas necessárias para o desenvolvimento da indústria, o que gerou disputas entre as principais potências coloniais.

Portugal organizou várias viagens para explorar o interior do continente africano e enviou missionários e colonos para o povoarem. Por isso, considerou que tinha direito a alguns desses territórios.

Em 1886, numa conferência internacional realizada em Berlim, Portugal apresentou um mapa onde estavam assinalados, a cor-de-rosa, os territórios a que julgava ter direito. Estes estendiam-se desde a costa de Angola até à costa de Moçambique.

Mapa 2 - O mapa cor-de-rosa



O ultimato inglês

A Inglaterra, que era então a maior potência mundial, também estava interessada nos territórios entre Angola e Moçambique. Em 1890 enviou ao rei D. Carlos um ultimato, exigindo que Portugal retirasse as suas tropas daquela região africana. A Inglaterra ameaçou cortar relações diplomáticas com Portugal ou mesmo recorrer à guerra, caso Portugal não cumprisse o ultimato.

Portugal, não podendo resistir à Inglaterra, teve de ceder. Os Portugueses sentiram-se humilhados e muitos culpavam a monarquia pelo sucedido. O Partido Republicano aproveitou o descontentamento para ganhar mais adeptos para a república.

?



- 1 - Que territórios estavam assinalados no mapa-cor-de-rosa?
- 2 - Qual era o país que se opunha às pretensões de Portugal?

Anexo IV

1º CONJUNTO DE MATERIAL HISTÓRICO: Instrumento do Estudo Piloto 1
--

Os textos: Jornalístico e Historiográfico

Texto Jornalístico

Lê atentamente o texto que Rosário Sá Coutinho escreveu para a Revista

NATIONAL GEOGRAPHIC de SETEMBRO 2001:

(Sempre que precisares de orientação recorre ao mapa 1)

A Grande Travessia

Em finais do século XIX, África era ainda uma incógnita. Partindo de Moçâmedes, em Abril de 1884, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, desbravaram o continente desde o Atlântico até ao Indico. Concretizavam assim o velho sonho da ligação entre as duas colónias portuguesas da África Austral.

Corria o Inverno de 1885, e a comitiva liderada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens andava perdida numa densa selva no interior da África Austral, algures no actual Zaire. Nove meses depois de terem deixado Moçâmedes e o Oceano Atlântico, encontravam-se então a mais de meio caminho para o Oceano Indico, quase a concluir a travessia de Angola a Moçambique. O propósito da expedição, impulsionada pela Sociedade Portuguesa de Geografia, era, precisamente, o de encontrar a tão almejada rota comercial entre aquelas duas colónias portuguesas, bem como inquirir nas regiões centrais sobre as bacias hidrográficas do Zaire e do Zambeze; e atravessar, (...) a terra a oeste do vale do Barotze e toda a região que vai do Sul do Banguelo até ao Zambeze.

Os portugueses foram pioneiros na exploração do interior africano, datando do Século xv as primeiras incursões para além da faixa costeira. No século XVI, o explorador Duarte Lopes viveu cerca de 9 anos no Congo tendo documentado a localização dos lagos Albert, Victoria, Tanganica e Niassa, 300 anos antes dos exploradores ingleses do século XIX. Durante a travessia, os exploradores registaram num diário todas as impressões, paisagens, fauna e flora das regiões por onde passaram, revelando ao mundo o exotismo do continente africano. A vegetação luxuriante e a abundância de magníficos animais selvagens não deixam de os surpreender durante toda a viagem, inspirando-lhes as ricas descrições do diário da viagem que viriam a ser transpostas para o livro "*De Angola à Contracosta*".

Nos mapas seiscentistas, Angola e Moçambique parecem pouco distantes, alimentando o sonho da ligação entre as duas colónias, que viria a ser definido como "mapa cor-de-rosa".

A corrida à África, por parte dos países colonizadores, intensifica-se na segunda metade do século XIX, de tal forma que os exploradores praticamente se cruzam no meio da selva africana. Capelo e Ivens não eram novatos nestas andanças, pois, anos antes, tinham feito uma viagem às terras de Iaca quando se separaram de Serpa Pinto, na expedição de 1877. Naquele Inverno de 1885, perdidos na selva em busca do rio Luapula, não podiam imaginar que, em Berlim, a Inglaterra, a Alemanha, a Bélgica e a França, se preparavam para partilhar entre si os territórios africanos, distribuindo-os como fatias de um grande bolo.

Tinham já percorrido mais de metade do continente, desde a serra da Chela, primeira grande barreira entre o litoral Atlântico e o planalto da Huíla, o rio Cunene, o Cubango e seus principais afluentes, cujos cursos até então não figuravam nos mapas, e os rios Cuíto e Cuando, (...) que atravessaram em Setembro do ano anterior. Do vale do Barotze, na Zâmbia, rumaram ao Norte até atingirem o Lualaba, que não é mais do que o curso superior do rio Zaire. Em Bunqueia, demoraram-se cerca de um mês na corte de (...) Musiri Maria Segunda, homem de 60 anos, gordo, robusto, colossal, com aspecto pouco atraente, que parece esforçar-se em mascarar, com um permanente sorriso nos lábios, o seu olhar e fino e astuto. A pose inteiramente grave e soberana, era apenas desmanhada pela vestimenta, de certo modo, grotesca. Musiri, que vestia um fato preto à europeia com bota de polimento, e teve a triste ideia de envergar um *'waterproof'*, sobrepujado com uma ampla capa de seda azul e branca, que lhe dava o aspecto de membro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Impedidos por ele de visitar o lago Bangueolo, decidem acompanhar o curso do Luapula, rumo a sueste, procurando as terras que se estendiam para além da serra do Mochinga. Fiel companheiro de toda a viagem, Trinta, o guia contratado no Catanga e que falava português, nunca sabia muito bem que caminho tomar, levando a comitiva a embrenhar-se no mato espinhoso e por trilhos que terminavam em lodaçais intransponíveis. Trinta era alvo do ódio dos seus companheiros de viagem que, por sua culpa, se viam nas mais difíceis situações, (...).

Em Março, a expedição encontrava-se já na linha divisória Zaire-Zambeze.

A 25 de Abril de 1885, pelas 15h 20m, chegaram por fim ao Zambeze, o mesmo que haviam transposto 7 meses antes. “Hurrah!” Foi o grito unânime, e, sentando-se nos alcantis da encosta, deram largas à comoção que nos dominava. (...)

Da confluência do rio Cafué até ao Zumbo, a presença de portugueses é uma realidade e, por todo o lado, os exploradores ouvem a língua de Camões. A 24 de Junho de 1885, chegam por fim a Quelimane, poisando novamente os olhos no oceano, mas desta vez, no Índico. Percorreram todo o continente, (...) palmilhando territórios actualmente integrados em Angola, na Zâmbia, no Zaire e em Moçambique, tendo atravessado inúmeros rios. Fizeram um rigoroso levantamento científico das terras, (...) da geografia e da hidrografia da região, bem como sobre os hábitos, a religião e a distribuição dos povos que encontraram.

Foram 14 meses de viagem, durante os quais atravessaram cerca de 4.500 milhas

geográficas, 1.500 das quais por territórios totalmente desconhecidos.

Adaptado do artigo de Coutinho, R. S. (2001). “*Portugueses que deram novos mundos ao mundo*”. In
Revista da National Geographic. Setembro: pp. 49-54

Escreve neste espaço todas as palavras ou expressões que não conheças:

Texto Historiográfico

Gostarias de saber em que consistiu o *Ultimatum Inglês*?

Então LÊ com muita ATENÇÃO o texto que se segue:

O Ultimatum Inglês em 1890

No início do século XIX, ocorreu o que podemos designar de «crise final» da monarquia portuguesa.

O ultimato britânico é frequentemente apontado como um dos factores externos desta crise. No entanto, outros factores de origem interna, podem ser apontados: a política fontista e o constante aumento da dívida pública e dos défices exterior e orçamental; o aumento considerável do défice comercial, devido à estagnação das exportações, acrescido do aumento das importações, não só de bens alimentares, como também de matérias-primas e máquinas para a nossa indústria, entre outros factores de carácter financeiro. Encontrava-se então, Portugal dependente das remessas de dinheiro vindas da emigração portuguesa, no Brasil, país que estava também a braços com uma crise interna relacionada com a abolição da escravatura, com a queda do preço do café e com a implantação da República. Esta necessidade do dinheiro da emigração brasileira vem demonstrar a dependência do capitalismo português para desenvolver o nosso país, situação comprovada pelo constante aumento da emigração ao longo de todo o século XIX, e que alcançara níveis elevadíssimos entre os anos de 1880-1890. Esta situação foi-se tornando cada vez mais insustentável para a política da Regeneração: Levou à queda do governo, que foi substituído em 1886, deixando o país numa situação crítica, com elevadas dívidas e com um défice, de que não havia memória.

O novo governo tentou combater estes problemas mas acabou por se deixar ultrapassar pela própria crise político-social que se vivia, não só em Portugal, mas também nos países europeus que lutavam pela sua industrialização, pressionados por potências económicas altamente industrializadas (Grã-Bretanha, França, Bélgica e Alemanha).

Na ordem internacional, os países mais industrializados tinham, cada vez mais necessidade, de conseguir novos mercados para colocar os seus produtos, provocando uma onda de políticas de protecção aduaneiras por parte dos menos desenvolvidos e uma ânsia de conquistar novos mercados, por parte dos mais industrializados. Esta situação estará na origem de uma nova vaga de políticas agressivas de expansão colonial por parte destas potências económicas e caracterizou a Europa, na segunda metade do século XIX.

O aparecimento de países em vias de fazer a sua industrialização e em condições de rivalizar com a poderosa Grã-Bretanha, tais como a Alemanha, na Europa, e os Estados Unidos, na América, vão intensificar a concorrência e fazer virar os interesses económicos coloniais dos países europeus, para o grande continente africano, ainda pouco explorado mas com enormes recursos a oferecer, não só em novos mercados, como também em abundantes matérias-primas. Este renovado interesse, da Europa pelo continente africano, deu origem, nas últimas décadas do século, ao aparecimento de um novo princípio regulador de ocupação de territórios em África, que a Alemanha, por mão do seu ministro Bismark, tão bem soube fazer aprovar no Congresso de Berlim em 1885. este novo princípio deixou, em maus lençóis, países pequenos como Portugal que não tinham dinheiro para manter, proteger, explorar ou desenvolver economicamente, os territórios que, ao longo da história passada, tinham conseguido ocupar em África territórios ou que, eventualmente, estariam a tentar ocupar, arriscando-se agora a perdê-los.

Até então, o princípio que regulava a expansão colonial era de origem portuguesa e demonstrava a nossa qualidade de grandes descobridores do território africano, era o **princípio dos direitos históricos**. A partir de meados da década de 1870, esse princípio começou a ser posto em causa acabando por ser substituído por um outro mais favorável às novas potências coloniais, nomeadamente a Alemanha que fez aprovar o **princípio da ocupação efectiva**, na referida Conferência de Berlim.

Doravante, os Portugueses viram-se obrigados a confirmar, pela ocupação efectiva, todos os territórios sobre os quais reivindicavam direitos históricos. O projecto luso de formar novos «Brasis» africanos, acarinhado desde a perda do Brasil, estava agora seriamente ameaçado. Por isso, se não se queria perder terreno, tornava-se necessário andar depressa. Daí que, apressadamente, Barros Gomes, ministro dos Estrangeiros, intentasse concretizar o audacioso projecto do mapa cor-de-rosa, que pretendia constituir a África Meridional Portuguesa, da costa Atlântica à contracosta. Tal projecto, porém, chocava com o plano grandioso de Cecil Rhodes de estabelecer um Império Britânico do Cabo ao Cairo. Daí que a Grã-Bretanha tentasse impedir a concretização efectiva do mapa português

Com efeito, em 1887, O governo inglês de Lord Salisbury dirigiu uma nota ao seu ministro em Lisboa para ser transmitida ao governo português, e na qual se afirmava:

«Está agora admitido por todas as partes, nos termos da Acta de Berlim, que o direito de soberania na África só pode ser mantido pela real ocupação do território reclamado. Queira fazer um protesto formal contra toda e qualquer pretensão não fundada na ocupação e dirá que o governo de S. M. não pode reconhecer a soberania portuguesa nos territórios não ocupados por ele com força suficiente para manter a ordem, proteger os estrangeiros e fiscalizar os indígenas.»

Para satisfazer tais exigências e porque urgia dar cumprimento ao estipulado na Conferência de Berlim, prosseguiu o envio de expedições com o fim de afirmar a ocupação efectiva das regiões abrangidas pelo mapa cor-de-rosa.

Assim, ainda em 1887, Paiva de Andrade impôs na Zambézia, a autoridade portuguesa e Serpa Pinto, completou a ocupação da baía do Tungue; em 1889, António Maria Cardoso dirigiu-se ao Niassa e Serpa Pinto, cuja missão viria a estar na origem do conflito luso-britânico, dirigiu-se para Moçambique, com o encargo aparente de estudar no Alto Xire, o lançamento de um caminho de ferro, que aproveitando o curso do rio assegurasse a ligação do lago Niassa com o mar; ainda nesse ano, há a assinalar as expedições de Paiva de Andrade e de Vítor Cordon, e na África Ocidental, a de Artur de Paiva, que ocupou o Bié.

A disputa anglo-lusa pela região da África Meridional tinha-se iniciado aquando da primeira expedição de Serpa Pinto, em 1887. Em 1889, Cecil Rhodes tinha criado a Companhia do Sul de África. Esta aprovada pelo governo de Londres, que lhe concedeu poderes majestáticos, empreendeu a anexação das regiões ao norte do Transval, na bacia do Zambeze, que os Portugueses consideravam suas. Este choque de interesses está na origem da abertura oficial do conflito por parte do governo inglês que, em Novembro de 1889, enviou ao governo português, por intermédio da sua delegação em Lisboa, a seguinte nota:

«O Governo de S. M. recebeu notícias baseadas na autoridade do bispo anglicano Smithies, bem como de um viajante francês, de que os Macololos foram atacados pelo major Serpa Pinto, depois de o cônsul Buchanan lhe ter declarado que eles estavam sob a protecção da Inglaterra; de que o major com uma força de 4000 homens, 7 metralhadoras e 3 vapores se achava em Ruvo e que tinha declarado oficialmente que era intenção sua tomar posse de toda esta região até ao lago Niassa.

Avisou, além disso, as estações inglesas de Blantyre de que terão de colocar-se sob a protecção de Portugal ou de sofrer as consequências que poderiam resultar de assim o não o fazerem. Foram vistas pelo bispo Smithies declarações escritas neste sentido. O Governo de S. M [inglês] preveniu o de S. M. Fidelíssima [português] de que não poderia permitir qualquer ataque às estações inglesas, situadas, quer no Xire, quer na parte meridional do Niassa, e estou encarregado de lembrar a V. Ex.a que o ataque dirigido contra os Macololos, depois de o representante britânico ter anunciado que estavam sob a protecção de S. Majestade, a Rainha [britânica], é uma grave infracção dos direitos duma potência amiga. O Governo de S. M. não pode consentir nestes factos nem no procedimento adoptado por Portugal.

Encarrega-me, portanto, o marquês de Salisbury de pedir ao Governo Português que declare que não permitirá às forças portuguesas, qualquer ataque às estações britânicas do

Niassa ou do Xire, nem ao país dos Macololos e, além disso, que não consentirá que ataquem o território sujeito ao Lubengula, ou qualquer outro território, que se tenha declarado sob protecção da Grã-Bretanha.

Tenho a honra de solicitar a V. Ex.a uma resposta, com a possível brevidade, ao pedido que a V. Ex.a acabo de fazer, em conformidade com as instruções do Governo de S. M [britânica], e aproveito a ocasião para reiterar a V. Ex.a os protestos da mais alta consideração.

George M. Petre.»

Este documento produziu fortes repercussões na opinião portuguesa, gerando de imediato duas correntes opostas, os que, receosos de consequências extremas, achavam que se devia pactuar (com a Grã-Bretanha) e, aqueles que entendiam ser nosso dever resistir, mesmo que a Grã-Bretanha empregasse toda a força da sua superioridade.

Em Dezembro do mesmo ano, Barros Gomes respondia numa longa nota na qual dava, dos factos referidos, uma versão diferente da inglesa afirmando que o governo português organizara uma expedição de carácter puramente técnico e sem pessoal para empreender uma guerra e que, da natureza dessa expedição, fora dado conhecimento ao governo inglês. Informava ainda que a expedição de Serpa Pinto é que fora atacada e não tinha sido ela a desencadear o ataque. Em relação às exigências do governo inglês assegurava o seguinte:

«Apresso-me a informar V. Ex.a que já foram telegraficamente para Moçambique as ordens mais terminantes para que sejam respeitados os estabelecimentos e interesses britânicos e que o Governo de S. M.[português] apreciara, animado pela sua parte dum espirito da major conciliação, o completo conjunto dos factos, quando estes sejam definitivamente conhecidos pelos dois governos.»

No dia 11 de Janeiro de 1890, o governo inglês punha violentamente cobro a qualquer conversação diplomática ao mandar entregar em Lisboa o seguinte **ultimato**:

«O Governo de S. M. Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes, as seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O cônsul interino de S. M. [britânica] em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Xire, e que, Catunga e outros lugares mais, no território dos Macololos, iam ser fortificados e estavam a receber guarnições. O que o Governo de S. M. [britânica] deseja e em que insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Xire e nos países dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de S. M [britânica] entende que sem isto as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua delegação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de S. M. *Enchantress* (britânica) estará em Vigo, esperando as suas ordens.»

No Conselho de Estado (português), reunido de emergência, reflectiam-se as duas correntes que dividiam a opinião pública mas, por fim, foi a corrente conservadora que acabou por definir os termos da resposta enviada à Grã-Bretanha:

«Na presença de uma ruptura iminente de relações com a Grã-Bretanha e de todas as consequências que dela possam talvez derivar, o Governo de S. M.[portuguesa] resolveu ceder às exigências formuladas nos dois memorandos, a que alude e, ressaltando por todas as formas os direitos da coroa de Portugal às regiões africanas de que se trata e, bem assim, pelo direito

que lhe confere o artigo 12.º do Acto Geral de Berlim de ver resolvido definitivamente o assunto em litígio por uma mediação ou por uma arbitragem, o Governo de S. M. (portuguesa) vai expedir para o governador-geral de Moçambique, as ordens exigidas pela Grã-Bretanha.»

O conhecimento da resposta de Portugal às exigências britânicas deu origem a uma explosão de grandes manifestações de patriotismo exaltado pelo sentimento nacionalista. Desde a imprensa às manifestações de rua, os protestos e o sentimento de ódio para com a Inglaterra em breve se voltaram também contra o Estado Português, personificado no rei e no seu governo, que acusaram de ceder, facilmente, aos interesses da gananciosa Inglaterra.

Deste modo, não só se perdeu tudo o que já tinham sido forçados a perder pelo ultimato, como ainda se abriu mão de territórios que não foram contestados pelos ingleses, ao norte e ao sul do Zambeze, assim como se facilitou um novo campo de acção para a colonização inglesa. Ao permitir-se a liberdade de culto, de comércio e de navegação, num tratado assinado a 20 de Agosto, de 1890, considerado como mais uma humilhação infligida pela nossa aliada ao nosso país, deu-se origem a mais uma nova onda de vigorosas manifestações de protesto contra Inglaterra e contra o governo português. Incapaz de fazer face à onda de intimidações provocada pelo acordo, o governo caiu e, embora substituído, ficou longe de resolver os movimentos de contestação à monarquia portuguesa que sentindo-se, cada vez mais intensamente, vontade de acabar com a monarquia em Portugal, traduzida infrutífera a revolta de 31 de Janeiro de 1891.

Contudo, rematando a profunda comoção nacional provocada pelo Ultimato Britânico de 1890, a Revolta Republicana de 31 de Janeiro de 1891 constituiu um marco decisivo na luta contra a monarquia, precipitando o seu fim, que ocorreu a 5 de Outubro de 1910, com a implantação da República Portuguesa

Toda a informação utilizada foi adaptada a partir de:

- Ramos, R. (1994). A Europa Transformada: O Ultimato Inglês. In J. Mattoso, (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VI: pp. 13-39). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Marques G. (1929). Os Últimos Tempos da Monarquia: de 1890 a 1910. In *História de Portugal*, (Dir. de Damião Peres, Vol. VIII). Barcelos: Portucalense Editora.
- Moreira, A. & Pedroso, A. (1993). *As Grandes Datas da História de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Vitorino, F. M. (1996). O Tempo dos Impérios. In A. S. Rodrigues (Dir.), *História Comparada. Portugal. Europa e o Mundo*. (Vol II. Pp. 151-279). Lisboa: Círculo de Leitores.

Escreve neste espaço todas as palavras ou expressões que não conheças:

Agora, observa, mais uma vez, o mapa e a cronologia e acompanha, atentamente, uma última leitura dos textos feita pela tua professora.

**Pensa um pouco no que leste e ouviste ler.
Estás preparado?**

7º Ano /Turma N° /Nome: _____

Narra o acontecimento histórico em causa

Faz um comentário ao trabalho que realizaste:

Anexo IV

**2º CONJUNTO DE MATERIAL HISTÓRICO:
O Instrumento do Estudo Piloto e do Estudo Principal**

(Do **Estudo Piloto 2** para o **Estudo Principal**, a alteração do texto far-se-á ao nível das fontes primárias, que sofreram alguns cortes, e na inclusão de imagens de exploradores africanos, pelo que apenas se apresenta a versão definitiva do instrumento após as sucessivas afinações.)

A cronologia e o mapa:

Já alguma vez ouviste falar no *Ultimatum Inglês*?

Gostarias de saber mais sobre este momento da nossa história?

Então, LÊ e OBSERVA com muita atenção, a cronologia e o mapa seguintes:

Cronologia 1

1876- Fundação do Partido Republicano nacional;
Formação da Sociedade de Geografia de Lisboa.

1877/80- Capelo e Ivens reconhecem o interior de Angola e Moçambique.

1882- A Bélgica estabelece-se na imensa bacia do Zaire.

1884/85- Conferência de Berlim.

1886- Sucedem-se as expedições portuguesas com o objectivo de ocupar as regiões do mapa cor-de-rosa.

1887- Paiva de Andrade impõe na Zambézia a autoridade portuguesa.

1889- António Maria Cardoso dirige-se para o Niassa e Serpa Pinto para Moçambique;

A expansão inglesa faz-se da África do Sul para as regiões a Norte;

Barros Gomes responde no mês de Dezembro à nota inglesa de Novembro 1887, apresentando a versão portuguesa dos factos.

1890- Eclosão do conflito entre a Inglaterra e Portugal, provocado por incidentes ocorridos no decurso da expedição de Serpa Pinto, na região do Chire (Xire);

-A 11 de Janeiro, o governo inglês presidido por Lord Salisbury, põe termo às conversas diplomáticas em curso apresentando um *Ultimatum* ao governo português.

1891- Revolta Republicana de 31 de Janeiro, no Porto.

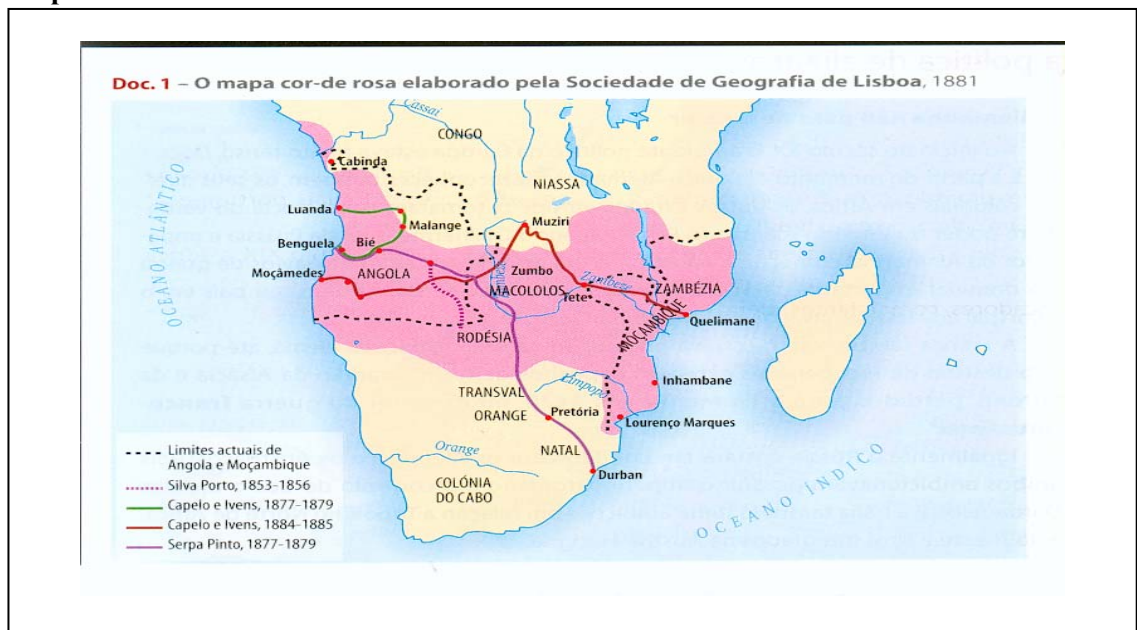
1910- É proclamada em Portugal a Implantação da República a 5 de Outubro de 1910.

Adaptada de:

Serrão, J. (1992). *Dicionário de História de Portugal*, (Vol. VI. pp. 219-224). Porto: Livraria Figueirinhas.

Moreira, A. & Pedroso, A. (1993). *As Grandes Datas da História de Portugal*, Lisboa :Editorial Notícias.

Mapa 1



As Imagens A, B e C:

Agora, OBSERVA estas imagens:

A-



Exploradores Portugueses em África:

A - Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens
B - Serpa Pinto.

C - O Explorador Inglês Stanley em
África

-B



C-



O texto:

Gostarias de saber um pouco mais sobre o tema?

Realiza então, uma leitura atenta ao texto que se segue... E não te esqueças de recorrer ao Mapa 1 sempre que precisares de orientação...

Texto1

Os portugueses foram os primeiros na exploração do interior africano, datando do século XV, as primeiras viagens para lá da faixa costeira. No século XVI, o explorador Duarte Lopes que viveu 9 anos no Congo, tinha já realizado vários registos sobre a localização dos lagos Victoria, Tanganica e Niassa, entre outras indicações, 300 anos antes de se ouvir falar de exploradores ingleses no continente africano. Os mapas do século XVII apresentavam Angola e Moçambique pouco distantes uma da outra, permitindo alimentar *o sonho da ligação entre as duas*. Na segunda metade do século XIX, a chegada de exploradores a este continente intensifica-se de, tal forma, que praticamente se cruzavam uns com os outros no meio da selva africana.

Mas apesar de todo este interesse, a África continuava, em finais do século XIX, ainda uma desconhecida. É na tentativa de ampliar os conhecimentos sobre este continente que, partindo da região de Moçâmedes em Abril de 1884, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens abriram caminho desde o Atlântico até ao Índico, conseguindo concretizar um velho sonho: o de ligar as duas colónias ocupando também os territórios entre elas. A grande travessia não foi tarefa fácil, os obstáculos sucediam-se e o percurso acidentado dificultava a marcha...

Trinta, o guia contratado no Catanga e que falava português, fiel companheiro de toda a viagem, nunca sabia muito bem que caminho tomar levando a comitiva a entrar no mato espinhoso e a perder-se por trilhos que terminavam normalmente em zonas de águas escuras, cheias de lodo, e impossíveis de passar, o que os obrigava a constantes recuos. *Trinta*, era por isso, o alvo do ódio dos seus companheiros de viagem que o culpavam de todas as más situações...

Corria o Inverno de 1885 e a comitiva, liderada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, encontrava-se apenas a mais de meio caminho de alcançar o Oceano Índico. Longe de concluir a travessia de Angola até Moçambique, algures no meio de uma mata do interior da África Austral, não podiam imaginar que, em Berlim, numa célebre conferência, a Inglaterra, a Alemanha, a Bélgica e a França, se preparavam para partilhar os territórios africanos, distribuindo-os gulosamente entre si.

Contudo, apesar das atribulações, em Março estavam a um passo de concretizar o sonho e, finalmente, a 24 de Junho de 1885, os exploradores portugueses pousaram os olhos emocionados no oceano Índico. Foram 14 meses de viagem, durante os quais se atravessaram cerca de 4.500 milhas geográficas, 1.500 das quais em territórios totalmente desconhecidos, e que agora se encontravam registados em mapas portugueses.

Porém, a curiosidade por África não se ficava apenas pela recolha de informações científicas gerais sobre estas regiões, também interesses económicos se escondiam por trás destas viagens, interesses que não eram exclusivos dos portugueses. Já desde o início do século XIX que, alguns dos países europeus: a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Alemanha, pressionados pela industrialização, cobiçavam o grande continente africano. Este, ainda pouco explorado, tinha enormes recursos para oferecer, tanto em novos mercados, como em abundantes e acessíveis matérias-primas.

Este renovado interesse da Europa pela África, deu origem, nas últimas décadas do século, ao aparecimento de um novo princípio regulador da ocupação de territórios, que a Alemanha, tão bem soube fazer aprovar no Congresso de Berlim em 1885. Assim, o princípio que regulava a expansão colonial africana, de origem portuguesa, o ***princípio dos direitos históricos (ocupação de territórios por direito de descoberta)*** foi substituído nesta Conferência, por outro mais favorável às novas potências coloniais, o ***princípio da ocupação efectiva que defendia que a ocupação deveria fazer-se por países que os povosassem, protegessem e os desenvolvessem economicamente.***

Daqui em diante, os Portugueses viram-se obrigados a fazer uma ocupação efectiva de todos os territórios sobre os quais demonstravam ter direitos históricos. Não podiam, por isso, perder terreno e, apressadamente, Barros Gomes, ministro dos Estrangeiros, preparou um ambicioso projecto para a África Meridional Portuguesa que tentava a concretização de um velho sonho, o de ligar a costa Atlântica à contracosta banhada pelo oceano Índico. Esta região estava representada a cor-de-rosa no mapa da Sociedade de Geografia, de Lisboa, de 1881.¹

No entanto, tal projecto, chocava com um plano ainda mais ambicioso, o de Cecil Rhodes, que pretendia estabelecer um Império Britânico em África, ligando o Cabo, no sul, ao Cairo, no norte, daí que a Grã-Bretanha tentasse impedir a aprovação do projecto português.

Com efeito, em 1887, o governo inglês de Lord Salisbury dirigiu uma nota ao seu ministro em Lisboa para ser transmitida ao governo português e na qual afirmava:

«Está agora admitido por todas as partes, nos termos da Acta de Berlim, que o direito de soberania na África só pode ser mantido pela real ocupação do território reclamado. Queria fazer um protesto formal contra toda e qualquer pretensão não fundada na ocupação e dirá que o governo de S. M. [britânica] não pode reconhecer a soberania portuguesa nos territórios

¹ Observa atentamente o mapa nº1

não ocupados por ele com força suficiente para manter a ordem, proteger os estrangeiros e fiscalizar os indígenas. »

Para satisfazer tais exigências, e porque era urgente dar cumprimento ao acordado na Conferência de Berlim, o ministro inglês continuou com o envio de homens capazes de afirmar a ocupação efectiva das regiões marcadas no mapa cor-de-rosa.

Mas, mesmo assim, por volta de 1887, Paiva de Andrade impôs na Zambézia a autoridade portuguesa e, em 1889, Serpa Pinto, cuja missão viria a estar na origem do conflito luso-britânico, dirigiu-se para Moçambique, com a obrigação aparente de estudar o Alto Xire. Em 1889, Cecil Rhodes iniciou a ocupação das regiões ao norte do Transval, na bacia do Zambeze, que os Portugueses consideravam suas. Este choque de interesses esteve na origem do conflito e, o governo inglês, em Novembro de 1889, enviou ao governo português por intermédio da sua delegação em Lisboa, a seguinte nota:

«O Governo de S. M. [britânica] recebeu notícias [...] de que os Macololos foram atacados pelo major Serpa Pinto, depois de o cônsul Buchnan lhe ter declarado que eles estavam sob a protecção da Inglaterra [...].

O Governo de S. M. [britânica] preveniu o de S. M. Fidelíssima [portuguesa] de que não poderia permitir qualquer ataque às estações inglesas [...] e estou encarregado de lembrar a V. Ex.a, que o ataque dirigido contra os Macololos, depois de o representante britânico ter anunciado que estavam sob a protecção de S. Majestade, a Rainha [britânica], é uma grave infracção dos direitos duma potência amiga. O Governo de S. M. não pode consentir nestes factos nem no procedimento adoptado por Portugal.[...]

Tenho a honra de solicitar a V. Ex.a uma resposta, com a possível brevidade [...].

George M. Petre.»

Este documento produziu fortes reacções na opinião portuguesa, gerando de imediato duas correntes opostas: os que, receosos de consequências extremas, achavam que se devia concordar com a Grã-Bretanha e, aqueles que entendiam ser nosso dever resistir mesmo que a Grã-Bretanha empregasse toda a força da sua superioridade.

Em Dezembro do mesmo ano, Barros Gomes respondeu apresentando dos factos, uma versão muito diferente da inglesa. Afirmava que o governo português organizara uma expedição de carácter puramente técnico, portanto, sem gente suficiente para realizar uma guerra e que, da natureza dessa expedição, fora dado prévio conhecimento ao governo inglês. Assim, foi a expedição de Serpa Pinto que foi a atacada e não foi este a iniciar o ataque contra os ingleses. Quanto às exigências do governo inglês, assegurava Barros Gomes, já ter enviado para Moçambique ordens rigorosas para que fossem respeitados os interesses de S. M. Britânica, dentro do “*maior espírito de conciliação*”.

Em resposta, no dia 11 de Janeiro de 1890, o governo inglês cortou violentamente qualquer conversação diplomática entre os dois países, mandando entregar em Lisboa o seguinte **ultimato, (acção pelo qual um Estado impõe uma exigência a outro, sob ameaça de guerra):**

«O Governo de S. M. Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português. [...] O que o Governo de S. M. [britânica] deseja e em que insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que, todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Xire e nos países dos Macololos e Machonas, se retirem. O Governo de S. M [britânica] entende que sem isto, as seguranças, dadas pelo Governo Português, são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado [...] a deixar imediatamente Lisboa [...] se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde [...].»

No Conselho de Estado (português) reunido de emergência, reflectiram-se as duas correntes que dividiam a opinião pública e, por fim, foi a corrente conservadora, mais temerosa das consequências, que acabou por definir os termos da resposta a enviar à Grã-Bretanha:

«Na presença de uma ruptura iminente [corte] de relações com a Grã-Bretanha e de todas as consequências que dela poderiam talvez derivar, o Governo de S. M.[portuguesa] resolveu ceder às exigências [inglesas] [...].»

O conhecimento da resposta de Portugal às exigências britânicas deu origem a uma explosão de grandes manifestações de patriotismo acentuadas pelo amor à nação. Tanto a imprensa, como as manifestações de rua, dirigiram os seus protestos e sentimentos de ódio, não só contra a Inglaterra, como, em breve, se voltaram também contra o Estado Português, contra o rei e o seu governo, que acusaram de ceder, facilmente, aos interesses dos Ingleses. Com tudo isto, perderam-se não só as terras contestadas pelo ultimato como ainda se perderam territórios que não tinham sido postos em causa pela Inglaterra tanto para norte, como para sul do rio Zambeze.

Considerado uma humilhação provocada ao nosso país, **o ultimato** deu origem a uma vigorosa onda de manifestações de protesto contra o governo português e contra a sua antiga aliada britânica. Os últimos anos do século XIX foram anos difíceis. Os problemas do país agravaram-se: o défice aumentou, os pagamentos dos empréstimos externos atrasaram-se, os salários baixaram. O Ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890 agravou a situação e aumentou o descontentamento geral da população. Assim, um ano depois, na madrugada do dia 31 de Janeiro de 1891, rebentou no Porto uma revolução republicana, **a Revolta de 31 de Janeiro**, que apesar fracassada, passou a ser considerada como a primeira grande tentativa dos republicanos de derrubarem a monarquia em Portugal, o que veio a acontecer em 5 de Outubro de 1910.

Texto adaptado a partir de:

Coutinho, R. S. (2001). “*Portugueses que deram novos mundos ao mundo*”. In Revista da National Geographic. Setembro. pp. 49-54.

Marinho, A. et al. (1999). *História 9*. Porto: Areal Editores.

Ramos, R. (1994). A Europa Transformada: O Ultimato Inglês. In J. Mattoso, (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VI: pp. 13-39). Lisboa: Círculo de Leitores.

Marques G. (1929). Os Últimos Tempos da Monarquia: de 1890 a 1910. In *História de Portugal*, (Dir. de Damião Peres, Vol. VIII). Barcelos: Portucalense Editora.

Moreira, A. & Pedroso, A. (1993). *As Grandes Datas da História de Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.

Oliveira, A. et al. (2000). *História 9*. Lisboa: Texto Editora LDA.

Vitorino, F. M. (1996). O Tempo dos Impérios. In A. S. Rodrigues (Dir.), *História Comparada. Portugal. Europa e o Mundo*. (Vol II. Pp. 151-279). Lisboa: Círculo de Leitores.

Agora, observa, mais uma vez, o mapa, a cronologia e as imagens e relê, atentamente, o texto.

Reflete um pouco sobre tudo o que acabaste de ler... Estás preparado?

Nome: _____ Nº _____ Ano _____

Constrói, com palavras tuas, uma NARRATIVA sobre o conflito que opôs Portugal e Inglaterra em 1890:

Faz um comentário ao trabalho que acabaste de realizar:

Anexo VI

Instrumento Definitivo: Aspecto Geral do Dossiê do Aluno

Aspecto Geral do Dossiê do Aluno

A capa e a contra capa:

<p>ESCOLA EB 2.3 DE ROSA RAMALHO BARCELINHOS ANO LECTIVO DE 2001/02</p> <p>7º ANO 9º ANO</p> <p>A NARRATIVA EM HISTÓRIA (aula oficina)</p> <p>O MEU DOSSIÊ DE TRABALHO</p> <p>TEMA: <i>O Ultimatum Inglês</i></p>	<p>Nome: _____ Nº _____ Ano _____</p> <p>Faz um comentário ao trabalho que acabaste de realizar:</p>
<p>NOME DO ALUNO: _____ Nº _____</p> <p>Observações do professor:</p>	
<p>Universidade do Minho / Mestrado em Educação / Estudo-piloto / Dezembro de 2001 Regina Alves Parente</p>	

Interior: primeira e antepenúltima páginas

LÊ e OBSERVA com muita atenção a cronologia e o mapa seguintes:

Cronologia

1838- Abertura dos portos coloniais portugueses ao comércio internacional.
1876- Criação do Partido Socialista português.
1876- Fundação do Partido Republicano nacional.
- Criação da Sociedade de Geografia de Lisboa.
1877/80- Capelo e Ivens reconhecem o interior de Angola e Moçambique.
1882- A Bélgica estabelece-se na imensa bacia do Zaire.
1884/85- Conferência de Berlim.
1886- Gênesis do projecto do Mapa-Cor-de-Rosa.
- Sucedeu-se às expedições portuguesas com o objectivo de efectivar este mapa.
1887- Paiva de Andrade impõe na Zambézia a autoridade portuguesa.
- Serpa Pinto completa a ocupação da Baía do Tongo.
- Em Novembro a Inglaterra queixa-se ao governo português de que os Makololos foram atacados pelo major Serpa Pinto.
1889- António Maria Cardoso dirige-se para o Niassa e Serpa Pinto para Moçambique.
- Noite mesmo ano, as expedições de Paiva de Andrade e de Vitor Cordão dispõem-se a efectivar o domínio português em regiões desconhecidas.
- Anter Paiva luta com os Himantenos e ocupa o Bie.
- A expansão inglesa faz-se da África do Sul para as regiões a norte e um pouco mais tarde, a Alemanha Himantelana consegue instalar-se no sudoeste africano e no

Lago Tanganica;
- Barros Gomes responde no mês de Dezembro a nota inglesa de Novembro 1887 apresentando a versão portuguesa dos factos.
1890- Eclosão do conflito entre a Inglaterra e Portugal, provocado por incidentes ocorridos no decorrer da expedição de Serpa Pinto, na região do Chire (Xire). Segundo L. Viera de Castro, esta viagem tinha como missão estudar no Alto Chire o lançamento dum caminho de ferro que ligasse o Lago Niassa ao mar.
- Paiva Consecto é encarregado de ocupar o Barotse, mas chegando ao Bie, é impedido de prosseguir viagens.
- A 11 de Janeiro, o governo inglês presidido por Lord Salisbury, põe termo às conversas diplomáticas em curso apresentando um Ultimatum ao governo português.
- Tratado com o governo inglês sobre a África Oriental.
1891- Revolta Republicana de 31 de Janeiro, no Porto.
1910- A implantação da República a 5 de Outubro, em Portugal.

Adaptado de:
Serrão, Joel. Dicionário de História de Portugal, Vol. VI, pp. 219-224.
Moreira, A. e Pedrosa, A. (1993). *A Grande História da História de Portugal*. Editorial Notícias, Lisboa.

Nome: _____ Nº _____

Constrói com palavras tuas uma Narrativa sobre o conflito que opôs Portugal e Inglaterra em 1890:

Mapa nº 1

Doc. 1 - O mapa cor-de-rosa elaborado pela Sociedade de Geografia de Lisboa. 1883

Retirado do manual do aluno: Marinho, A. e outros (1999). *História 9*. Areal Editores. Porto

Anexo VII

Ficha de Análise das Narrativas dos Alunos

Ficha de Análise das Narrativas dos Alunos (NA)			
Nome: _____	Idade: _____	Ano de Escolaridade _____	Nível de Estrutura da NA _____

► **Origem da Informação: (Fundamental ou Acessória)**

Fontes Primárias/Secundárias: Cronologia/Mapa/Imagens/Texto - **Outras:** Ideias prévias: {

Alternativas

Históricas

1) ◀ **Estrutura Narrativa** _____

2) ◀ **Fio Condutor** _____

3) ► **Usa Conceitos Históricos:**

Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Faz Relações Causais: <ul style="list-style-type: none"> - Não visíveis - Existentes: - Explícitas entre os factos - Implícitas entre os factos 	<p>Antecedentes:</p> <p>Enuncia Acontecimentos</p> <p>Secundários</p>
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Usa Conectores: <ul style="list-style-type: none"> - Não visíveis - Existentes: - Causais - Explicativos - Exemplificativos • Central <ul style="list-style-type: none"> - Conclusivos - Temporais - Espaciais - Ou outros... 	<p>Identifica Acontecimento</p>
Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Recorre a: <ul style="list-style-type: none"> - Detalhes/Pormenores - Elementos valorativos (juízos de valor) • Contextualiza com Documentos: <ul style="list-style-type: none"> - Argumentação consistente - Noções de Tempo/Espaço 	<p>Consequências:</p> <p>Enuncia Acontecimentos</p> <p>Secundários</p>

Observações:

Anexo VIII	Esquema da Estrutura Literal 1 do Texto Histórico - de Apoio à Interpretação das N A
-------------------	---

ESTRUTURA LITERAL 1 DO TEXTO HISTÓRICO

(Material de apoio à interpretação da NA)

INTRODUÇÃO ⇒ ANTECEDENTES

ACONTECIMENTOS SECUNDÁRIOS

1º PARÁG.

Os portugueses foram os primeiros na exploração do interior africano datando do século XV as primeiras viagens para lá da faixa costeira. No século XVI, o explorador Duarte Lopes que viveu 9 anos no Congo, tinha já realizado vários registos sobre a localização dos lagos Victoria, Tanganica e Niassa, entre outras indicações, 300 anos antes de se ouvir falar de exploradores ingleses no continente africano. Os mapas do século XVII apresentavam Angola e Moçambique pouco distantes uma da outra, permitindo alimentar *o sonho da ligação entre as duas*. Na segunda metade do século XIX, a chegada de exploradores a este continente intensifica-se de tal forma que praticamente se cruzavam, uns com os outros, no meio da selva africana.

2º PARÁG.

Mas, apesar de todo este interesse, a África continuava, em finais do século XIX, ainda uma desconhecida. É na tentativa de ampliar os conhecimentos sobre a África que, partindo da região de Moçâmedes em Abril de 1884, os oficiais de marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens abriram caminho desde o Atlântico até ao Índico, conseguindo concretizar um velho sonho: o de ligar as duas colónias, ocupando também os territórios entre elas. A grande travessia não foi tarefa fácil, os obstáculos sucediam-se e o percurso acidentado dificultava a marcha...

3º PARÁG.

DETALHE /INFORMAÇÃO SUPÉRFLUA

Trinta, o guia contratado no Catanga e que falava português, fiel companheiro de toda a viagem, nunca sabia muito bem que caminho tomar levando a comitiva a entrar no mato espinhoso e a perder-se por trilhos que terminavam normalmente em zonas de águas escuras, cheias de lodo e impossíveis de passar, o que os obrigava a constantes recuos. *Trinta*, era por isso, o alvo do ódio dos seus companheiros de viagem que o culpavam de todas as más situações...

4º PARÁG.

Corria o Inverno de 1885 e a comitiva liderada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, encontrava-se apenas a mais de meio caminho de alcançar o Oceano Índico. Longe de concluir a travessia de Angola até Moçambique, algures no meio de uma mata do interior da África Austral, não podiam

imaginar que em Berlim, numa célebre conferência, a Inglaterra, a Alemanha, a Bélgica e a França se preparavam para partilhar os territórios africanos, distribuindo-os gulosamente entre si.

5º PARÁG.

DETALHE/ INFORMAÇÃO SUPÉRFLUA

Contudo, apesar das atribulações, em Março estavam a um passo de concretizar o sonho e finalmente, a 24 de Junho de 1885, os exploradores portugueses pousaram os olhos emocionados no oceano Índico. Foram 14 meses de viagem, durante os quais se atravessaram cerca de 4.500 milhas geográficas, 1.500 das quais em territórios totalmente desconhecidos que agora se encontravam registados em mapas portugueses.

6º PARÁG.

Porém, esta curiosidade por África não se ficava apenas pela recolha de informações científicas gerais sobre estas regiões, também interesses económicos se escondiam por trás destas viagens, interesses, que não eram exclusivos dos portugueses. Já desde o início do século XIX que, alguns dos países europeus: a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Alemanha, pressionados pela industrialização, cobiçavam o grande continente africano. Este, ainda pouco explorado, tinha enormes recursos para oferecer tanto em novos mercados como em abundantes e acessíveis matérias-primas.

7º PARÁG.

Este renovado interesse da Europa pela África, deu origem, nas últimas décadas do século, ao aparecimento de um novo princípio regulador da ocupação de territórios, que a Alemanha, tão bem soube fazer aprovar no Congresso de Berlim em 1885. Assim, o princípio que regulava a expansão colonial africana, de origem portuguesa, o ***princípio dos direitos históricos, (ocupação de territórios por direito de descoberta)***, foi substituído nesta Conferência, por outro mais favorável às novas potências coloniais, o ***princípio da ocupação efectiva, que defendia que a ocupação deveria fazer-se por países que os povoassem, protegessem e os desenvolvessem economicamente.***

DESENVOLVIMENTO ⇒ CONCEITO CENTRAL

ACONTECIMENTO PRINCIPAL

8º PARÁG.

Daqui em diante, os Portugueses viram-se obrigados a fazer a ocupação efectiva de todos os territórios sobre os quais demonstravam ter direitos históricos. Não podiam, por isso, perder terreno e apressadamente, Barros Gomes, ministro dos Estrangeiros, preparou um ambicioso projecto para a África Meridional Portuguesa que concretizava o velho sonho de ligar a costa Atlântica à contracosta banhada

pelo oceano Índico. Esta região estava representada a cor-de-rosa no mapa da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1881.²

9º PARÁG.

No entanto, tal projecto, chocava com um plano ainda mais ambicioso, o de Cecil Rhodes, que pretendia estabelecer um Império Britânico em África, ligando o Cabo, no sul, ao Cairo, no norte, daí que a Grã-Bretanha tentasse impedir a aprovação do projecto português.

10º PARÁG.

Com efeito, em 1887, o governo inglês de Lord Salisbury dirigiu uma nota ao seu ministro em Lisboa para ser transmitida ao governo português e na qual se afirmava:

«Está agora admitido por todas as partes, nos termos da Acta de Berlim, que o direito de soberania na África só pode ser mantido pela real ocupação do território reclamado. Queria fazer um protesto formal contra toda e qualquer pretensão não fundada na ocupação e dirá que o governo de S. M. [britânica] não pode reconhecer a soberania portuguesa nos territórios não ocupados por ele com força suficiente para manter a ordem, proteger os estrangeiros e fiscalizar os indígenas.»

11º PARÁG.

Para satisfazer tais exigências, e porque era urgente dar cumprimento ao acordado na Conferência de Berlim, o ministro inglês continuou com o envio de homens capazes de afirmar a ocupação efectiva das regiões marcadas no mapa cor-de-rosa.

12º PARÁG.

Mas, mesmo assim, por volta de 1887, Paiva de Andrade impôs na Zambézia a autoridade portuguesa e em 1889, Serpa Pinto cuja missão viria a estar na origem do conflito luso-britânico, dirigiu-se para Moçambique, com a obrigação aparente de estudar o Alto Xire. Em 1889, Cecil Rhodes iniciou a ocupação das regiões ao norte do Transval, na bacia do Zambeze, que os Portugueses consideravam suas. Este choque de interesses esteve na origem do conflito e o governo inglês, em Novembro de 1889, enviou ao governo português por intermédio da sua delegação em Lisboa, a seguinte nota:

«O Governo de S. M. [britânica] recebeu notícias [...] de que os Macololos foram atacados pelo major Serpa Pinto, depois de o cônsul Buchanan lhe ter declarado que eles estavam sob a protecção da Inglaterra [...].

O Governo de S. M. [britânica]. preveniu o de S. M. Fidelíssima [portuguesa] de que não poderia permitir qualquer ataque às estações inglesas [...] e estou encarregado de lembrar a V. Ex.^a que o ataque dirigido contra os Macololos, depois de o representante britânico ter anunciado que estavam sob a protecção de S. Majestade, a Rainha [britânica], é uma grave infracção dos direitos duma potência amiga. O Governo de S. M. não pode consentir nestes factos nem no procedimento adoptado por Portugal.[...]

Tenho a honra de solicitar a V. Ex.^a uma resposta, com a possível brevidade, [...] .

George M. Petre.»

² Observa atentamente o mapa nº1

13º PARÁG.

Este documento produziu fortes reacções na opinião portuguesa gerando de imediato duas correntes opostas: os que, receosos de consequências extremas, achavam que se devia concordar com a Grã-Bretanha, e aqueles que entendiam ser nosso dever resistir, mesmo que a Grã-Bretanha empregasse toda a força da sua superioridade.

14º PARÁG.

Em Dezembro do mesmo ano, Barros Gomes respondeu apresentando dos factos, uma versão muito diferente da inglesa. Afirmava que o governo português organizara uma expedição de carácter puramente técnico, portanto, sem gente suficiente para realizar uma guerra e, que, da natureza dessa expedição, fora dado prévio conhecimento ao governo inglês. Assim, foi a expedição de Serpa Pinto que foi atacada e não foi este a iniciar o ataque contra os ingleses. E, em relação às exigências do governo inglês, assegurava Barros Gomes, já ter enviado para Moçambique ordens rigorosas para que fossem respeitados os interesses de S. M. Britânica, dentro do “*maior espírito de conciliação*”.

15º PARÁG.

Em resposta, no dia 11 de Janeiro de 1890, o governo inglês cortou violentamente qualquer conversação diplomática entre os dois países, mandando entregar em Lisboa o seguinte **ultimato**, (*acção pelo qual um Estado impõe uma exigência a outro, sob ameaça de guerra*):

«O Governo de S. M. Britânica não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as seguranças dadas pelo Governo Português. [...] O que o Governo de S. M. [britânica] deseja e em que insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas actualmente no Xire e nos países dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de S. M [britânica] entende que sem isto as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, [...] a deixar imediatamente Lisboa, [...] se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde, [...].»

16º PARÁG.

No Conselho de Estado (português) reunido de emergência, reflectiram-se as duas correntes que dividiam a opinião pública, e por fim, foi a corrente conservadora, mais temerosa das consequências, que acabou por definir os termos da resposta enviada à Grã-Bretanha:

«Na presença de uma ruptura iminente [corte] de relações com a Grã-Bretanha e de todas as consequências que dela poderiam talvez derivar, o Governo de S. M.[portuguesa] resolveu ceder às exigências [inglesas] [...].»

17º PARÁG.

O conhecimento da resposta de Portugal às exigências britânicas deu origem a uma explosão de grandes manifestações de patriotismo acentuadas pelo amor à nação. Tanto a imprensa como as

manifestações de rua dirigiram os seus protestos e o sentimento de ódio não só contra a Inglaterra, como em breve se voltaram também contra o Estado Português e contra o rei e seu governo, que acusaram de ceder facilmente aos interesses dos Ingleses. Com tudo isto, perderam-se não só as terras contestadas pelo ultimato como ainda se perderam territórios que não tinham sido postos em causa pela Inglaterra, tanto para norte como para sul do rio Zambeze.

CONCLUSÃO ⇒ CONSEQUÊNCIAS

ACONTECIMENTOS SECUNDÁRIOS

18º PARÁG.

Considerado uma humilhação provocada ao nosso país, **o ultimato** deu origem a uma vigorosa onda de manifestações de protesto contra o governo português e contra a sua antiga aliada britânica. Os últimos anos do século XIX foram anos difíceis. Os problemas do país agravaram-se: o défice aumentou, os pagamentos dos empréstimos externos atrasaram-se, os salários baixaram. O Ultimato inglês de 11 de Janeiro de 1890 agravou a situação e aumentou o descontentamento geral da população. Assim, um ano depois, na madrugada do dia 31 de Janeiro de 1891, rebenta no Porto uma revolução republicana **a Revolta de 31 de Janeiro**, que apesar de ter fracassado, passou a ser considerada como a primeira grande tentativa dos republicanos de derrubarem a monarquia em Portugal, o que só veio a acontecer em 5 Outubro de 1910.

Anexo IX	Esquema da Estrutura Literal 2 do Texto Histórico - de Apoio à Interpretação das N A
-----------------	---

ANÁLISE da ESTRUTURA LITERAL 2 da NA - NOME:..... ANO

Questão de Investigação: Que tipo de Narrativas constroem os alunos em História?

.....**Estrutura**

Introdução: 7 parágrafos)
Desenvolvimento: 10 parágrafos
Conclusão: 1 parágrafo
Observações:.....

.....**Fio Condutor**

Sub-história/Antecedentes
Acontecimento/História Principal
Sub-história/ Consequentes

º parágrafo –

Espaço -

Tempo –

Protagonistas Secundários

Protagonistas Principais

Argumentação Histórica

.....
.....
.....
.....

Acontecimento Central

RECORREU:
Fontes secundárias

Fontes primárias

DETALHE /ESTÓRIA → (Descrição Supérflua)

NÍVEL _____

NÍVEIS 1, 2, 3, 4, 5 e 6

1- Fragmentos, 2- Descrição Alternativa, 3 - Descrição Simples: 4 - Descrição Com Coerência, 5 - Descrição Explicativa, 6 - Descrição Explicativa Contextualizada

Exemplo de uma página preenchida

ESTRUTURA LITERAL 2 DO TEXTO HISTÓRICO
(Material de apoio à interpretação da NA)

SUB-HISTÓRIA	
Antecedentes: 7 parágrafos (Introdução mais Desenvolvimento)	
História Secundária → Acontecimentos Secundários → Fontes Secundárias	
<u>1º parágrafo</u>	
<u>Espaço 1</u>	- Interior do continente africano
<u>Espaço 2</u>	- Angola -Moçambique
<u>Tempo</u>	- Séculos XV, XVI, XVII,
<u>Protagonistas</u>	- Exploradores portugueses
<u>Argumentação Histórica</u>	- Os portugueses foram os primeiros a alimentar o sonho de ligar Angola e Moçambique
<u>2º parágrafo</u>	
<u>Espaço 1</u>	- África desconhecida
<u>Espaço 2</u>	
<u>Tempo</u>	-Finais do século XIX
<u>Protagonistas</u>	- Exploradores portugueses: Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens
<u>Argumentação Histórica</u>	- Ampliar os conhecimentos sobre África; Concretizar um velho sonho: o de ligar as duas colónias , ocupando também os territórios entre ela...
<u>3º parágrafo → Fonte jornalística actual</u>	
<u>ESTÓRIA → DETALHE (descrição supérflua)</u>	
<u>Espaço 1</u>	- Catanga
<u>Espaço 2</u>	- caminhos...; trilhos...; zonas de água escuras...
<u>Tempo</u>	-
<u>Protagonistas</u>	-Trinta, o guia ...; falava português
<u>Argumentação Histórica</u>	- nunca sabia muito bem que caminho tomar... .

Anexo X

Exemplos de Outras Entrevistas

Na **Transcrição das entrevistas** apenas se corrigiram os erros ortográficos respeitando-se as ideias dos alunos. As reticências revelam pausas no decorrer das suas respostas.

- **Vânia, 13 anos - 9º ano, nível 2**

Objectivos da entrevista:

- Clarificar expressões e inferir o conceito de narrativa

► Inv. A seguir à Conferência de Berlim, passas de imediato para o acontecimento central, o Ultimato Inglês, mas não explicas em que consistiu nem quem o propôs a quem. Não te lembravas do que significava este acontecimento?

Vânia.- *Ainda hoje me lembro. Quem mandou o Ultimato para os Portugueses foram os Ingleses*

► Inv. Ao escreveres *Portugueses* e *Ingleses* usaste letra grande. Porquê?

Vânia.- *Porque são dois povos importantes...*

► Inv. Porquê povos importantes?

Vânia.- *Exploraram muitas terras...*

- **Vera, 14 anos - 9º ano, nível 3**

Objectivos da entrevista:

- Esclarecer opções, clarificar expressões, justificar alteração de termos e inferir o conceito de narrativa

► Inv. Na tua narrativa consegues expor quase toda a informação fundamental para recontares a “tua história”, mas não te referes ao acontecimento central, Ultimato Inglês, ou seja, ao conflito que opôs Portugal e Inglaterra. Deixas contudo perceber que o Ultimato foi uma sucessão de várias reuniões. Porquê?

Vera.- *Esqueci-me ... Mas quando me refiro a reuniões quero dizer que eles faziam conferências... quando eles se juntavam para discutirem assuntos.*

► Inv.- Eles?

Vera.- *Sim, os políticos.*

► Inv.- *Alteraste alguns termos do texto original, por exemplo, na sequência da Conferência de Berlim quando te referes à substituição de princípios alteras para substituir algumas leis?*

Vera.- *É a mesma coisa... não me lembrei da palavra princípios.*

► Inv.- *Como conseguiste expor tanta informação?*

Vera.- *Conseguí expor tanta informação porque nos intervalos dizíamos ideias uns aos outros... e, quando estava a escrever e me faltava alguma palavra que eu não sabia ou não me lembrava perguntava ao colega do lado, bastava uma palavra para eu conseguir continuar a expor mais informação. No início só tinha pequenas frases, mas depois já consegui escrever o texto maior um pouco...*

► Inv.- *Porque evitaste utilizar datas?*

Vera.- *Eu não utilizo datas porque não consigo decorar e compreender muitas datas, como neste caso...*

► Inv.- *E a cronologia não te ajudou?*

Vera.- *Eu nunca mais me lembrei de cronologia porque era muita informação e eu estava atrapalhada com o texto em si...e com o tempo...*

- **Joana, 14 anos - 9º ano, nível 3**

Objectivos da entrevista:

- Esclarecer opções, clarificar expressões, justificar alteração de termos e inferir o conceito de narrativa

► Inv. Na tua narrativa consegues expor quase toda a informação fundamental para recontares a “tua história”, contudo, por vezes, usas expressões um tanto vagas. Por exemplo, no primeiro parágrafo, dizes que os *Portugueses que andavam a investigar África não sabiam muito sobre ela, mas sabiam uma coisa que motivou outros investigadores a fazerem expedições*. O que queres dizer com, *mas sabiam uma coisa*?

Joana.- *Eles sabiam que África era rica em matérias-primas.*

► Inv.- Quanto te referes aos portugueses escreves a palavra com letra grande, *Portugueses*. Porquê:

Joana.- *Sim, porque foram pessoas importantes.*

► Inv.- Importantes, Como?

Joana.- *Fizeram grandes aventuras...*

► Inv.- Como conseguiste expor tanta informação, algumas datas, nomes de alguns personagens...?

Joana.- *Este assunto interessou-me e ficou na minha memória parte da informação, quanto às datas e nomes dos exploradores no intervalo tentei saber...mas apesar de ter repetido no intervalo algumas datas não me lembrei de todas, não sou muito boa a decorar datas.*

► Inv.- E a cronologia não te ajudou?

Joana.- *Estava tão concentrada na história que não me lembrei de consultar a cronologia.*

- **Juliana, 16 anos - 9º ano, nível 4**

Objectivos da entrevista:

- Esclarecer opções, clarificar expressões, justificar alteração de termos e inferir o conceito de narrativa

► Inv.- Na tua Narrativa usas a informação essencial necessária para a tua resposta sem te perderes em pormenores, como por exemplo, não falas do guia, do tempo que demorou a atravessar da costa à contracosta africana...Porquê

Juliana.- *Eu acho que os pequenos pormenores não são importantes neste tipo de trabalho, visto que era uma história bastante complicada e cheia de pequenos acontecimentos. Para além disso havia muitos outros pormenores que faziam mais falta no texto que eu estava a construir.*

► Inv.- Achaste então, que não era importante para a “tua história” usar esses pormenores?

Juliana.- *Sim, porque a história já estava bastante completa com tudo o que era mais significativa e que despertava mais atenção a quem lesse. O texto já estava a ficar grande e por isso não era necessário aumentá-lo ainda mais pois ia tornar-se repetitivo.*

► Inv.- A meio da tua história, quando te referes ao conflito entre Portugal e Inglaterra, não usas a palavra *ultimato* mas deixas implícita a ideia. Repara na tua frase:” *Os ingleses fartos da conversa dos portugueses romperam violentamente o acordo entre eles.*” Primeiro, porque utilizas a palavra “violentamente”?

Juliana.- *Porque foi quase uma declaração de guerra.*

► Inv.- O quê?

Juliana.- *O Ultimato...*

► Inv.- Depois, quando te escreves “acordo” a que te estás a referir?

Juliana.- *Quando estou a referir a palavra **acordo** é para escrever numa palavra o seu conteúdo, porque significa muitas outras coisas, pois a palavra acordo refere-se ao acordo que existia entre Portugal e Inglaterra, isto é , eram amigas até à história do mapa cor-de-rosa...e romperam não é?...*